

O “ponto morto”: dois intelectuais, duas visões sobre o processo de modernização brasileiro

Paulo Renato Flores Durán¹

Resumo:

Este artigo pretende fazer uma revisão específica nas idéias de “ponto morto” e “revolução lenta”, propostas por Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, produzidas respectivamente em 1942, ano de publicação de *Formação do Brasil contemporâneo*, e 1936, ano em que se publica *Raízes do Brasil*. A hipótese central é de que essas duas idéias – entendidas como interpretações sobre o andamento do Brasil moderno – produziriam uma apreensão do processo de modernização da nação enquanto um caso de “revolução sem revolução”. Objetiva, então, compreender quais os impactos produzidos por essas interpretações no entendimento das especificidades de nossa cultura e das práticas que ela engendra na intermediação dos interesses do ‘homem cumum’.

Palavras-chave: modernização; nação; cultura política; público e privado

¹ Mestrando no Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio; atua nas áreas de teoria sociológica e sociologia política; recentemente publicou, na revista *Arquivos de Direito* (vol. 1, no. 8, janeiro de 2006), o artigo “Cultura cívica, capital social e a democratização do acesso à justiça”.

Apresentação

Este trabalho é uma tentativa de reflexão sobre aqueles fenômenos singulares de nosso processo de modernização que Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil contemporâneo*, chamou de “ponto morto”, e Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, denominou de “revolução lenta”. A idéia é refletir sobre o impacto desses fenômenos na formação da nacionalidade brasileira. Em síntese, os dois intelectuais estão apontando para uma especificidade brasileira na constituição do Estado-nação na virada do império para a república, ou seja, de que nossa “revolução sem revolução” (Vianna, 2004: 44) seria obra de atores estabelecidos, de um lado, e de atores à margem, de outro².

O contexto aqui é, portanto, o do encontro entre os dois séculos (XIX e XX), que marcam o período da passagem do Brasil imperial a nação republicana. Dentro da narrativa histórica deste período é que encontramos, segundo Caio Prado e Holanda, os processos que nos fez modernos no tempo, muito embora o novo não cancelasse a antiga ordem social, autocrática e tributária de “elites agrárias políticas reformadoras que deflagaram um programa de transformações sob a cláusula do ‘conservar-mudando’” (Carvalho, 2004: 7).

Em sua primeira parte, mobilizamos algumas idéias sobre o processo de “revolução passiva” brasileira e alguns conceitos-chave que possam conferir teor as teses caiopradiana e buarquiana; em seguida, passamos em revista as teses centrais de cada um dos dois intelectuais; finalmente, buscamos concluir o trabalho com uma reflexão particular sobre a atualidade dessas duas teses de 1942 e 1936.

I. As Vias de Modernização e a Questão da Especificidade Brasileira

A importância dos estudos sobre os processos de modernização é, desde o trabalho clássico de Barrington Moore (1966), é uma constante nas investigações sobre o desenvolvimento social e político da nação brasileira. O ponto central nas análises desse autor é que, analisando a passagem para a modernidade realizada por sociedades específicas (ele analisa três vias, ou possibilidades, do processo de modernização: as vias socialista revolucionária, democrática e autoritária), a “modernização

² Mais adiante, na segunda parte deste trabalho, a distinção entre essas duas categorias (“atores estabelecidos” e “atores à margem”) ficará mais clara.

conservadora”, sobretudo no caso *Junkers* alemães, conseguiu controlar a passagem para o mundo moderno “sem deixar de contemplá-la e inclusive estimulá-la, sobretudo no que tange à industrialização, mas sem perder tampouco o controle do campo e mantendo suas propriedades oriundas do período feudal” (Domingues, 2002: 460). Na obra de Luiz Werneck Vianna (2004), esse sentido de “modernização conservadora” é referenciado pelas análises clássicas de Antonio Gramsci e Alexis de Tocqueville, onde se procura identificar as especificidades e as vias pelas quais sociedades como a italiana ou a americana adentraram no processo civilizatório ocidental. O caso brasileiro, tanto para Domingues (2002), como para Vianna (2004), se encontraria com alguns aspectos parecidos aos casos analisados de “modernização conservadora”, principalmente no que tange a via de tipo autoritária, ou “conservative revolutions”, na terminologia utilizada por Moore (1966: 414).

Ao caracterizar a passagem para uma ordem burguesa no Brasil, como um caso de “revolução sem revolução”, Vianna afirma que a independência fora obra,

“de um Piemonte sem rivais significativos, internos e externos, que não sofria a oposição de um Vaticano, de potências estrangeiras – alias, estava associado à maior delas –, de uma cultura política de cidades-Estado e de uma aguerrida presença jacobina, e que, por isso mesmo, podia conceber sua realidade como uma matéria-prima dócil à sua manipulação” (2004: 44)

De um lado, um processo lento, que não enfrenta opositores e que prevalecem as forças da tradição; de outro, a presença do ator, o “homem-indivíduo” que, para Gramsci, seria o motor do processo de mudança social. O caso brasileiro seria, na análise de Vianna, assemelhado ao do *Risorgimento* italiano, onde a “revolução passiva” provoca mudanças moleculares na formação social, não visíveis nas relações de sociabilidade: sua “extrema lentidão” confere à sociedade a “aparência de imobilidade” (Carvalho, 2004: 9).

De encontro com as idéias tocquevilleanas, a leitura de Gramsci sobre *Americanismo e fordismo*, sugerem que, pela “via america”,

“aquela sociedade demograficamente racionalizada, em que não há sedimentações sociais do passado – as chamadas ‘classes parasitárias’, termo recorrente nos escritos gramscianos – e em que toda a vida do país está baseada na produção, seria um caso de feliz oportunidade para que, nas palavras de Gramsci, os próprios ‘portadores sociais das forças produtivas’ viessem a modelar a

supra-estrutura, criando no tecido mesmo da sociabilidade as condições para o exercício do autogoverno” (Carvalho, 2004: 13)

Assim, no caso brasileiro, estamos diante dos clássicos tipos de modernização retardatária, em que um “Estado ampliado” exerce uma colonização sobre a emergência criadora e transformadora das forças sociais. Isto quer dizer que, se para Tocqueville, sob o conceito de “interesse bem compreendido”, a razão de Estado não se sobrepõe ao social – expressão da “vontade geral” rousseauiana –, em Gramsci a direção política e ideológica do “homem-coletivo” agencia a sociabilidade a impor-se sobre a dominação política, “fazendo do público o resultado da tradução dos interesses em direitos” (Carvalho, 2004: 14).

O problema, segundo Vianna, é que a ideologia democrático-liberal não teria, no Brasil, se transformado em agência promotora de uma educação para a cultura cívica. Ou seja, nosso liberalismo não teria se consagrado entre as elites para projetar sobre a sociedade o elemento civil de cidadania. Daí considerar-se o caso brasileiro como uma modalidade de “revolução passiva”, onde “fortemente atuou o pólo ‘conservação’, (...), principalmente pelo compromisso de suas elites dirigentes com aspectos do colonialismo português, exemplarmente expressos na preservação da escravidão e no territorialismo” (Carvalho, 2004: 18). Assim, como ficará claro mais adiante pela análise das obras de Caio Prado e Holanda, o iberismo não se consistiu numa ‘herança maldita’, mas na criação de certo tipo específico de sociabilidade e solidariedade social.

Entre as décadas de 1870 e 1920, seguindo a leitura feita por Carvalho do clássico de Angel Rama (1985), a modernização das cidades ibero-americanas admitiu,

“a prevalência da *razão de Estado* sobre os *interesses individuais*. (...) a tradição de uma *razão de Estado* pairando soberana sobre os interesses do homem comum cortara, na raiz, a dimensão potencialmente libertária inscrita no fenômeno da urbanização e na experiência republicana” (Carvalho, 1994: 22)

Dessa forma, a realidade estatal forneceria, organicamente, o solo pelo qual os indivíduos iam se reconhecendo enquanto cidadãos, inscrevendo-os num modelo de cultura cívica “submissa”³. Ou seja, a relação do brasileiro com a *res publica*,

³ Utilizo aqui a categoria “cultura cívica submissa” (ou “the subject political culture”) tal qual analisada no clássico de Gabriel Almond e Sidney Verba (1965: 17), onde uma maior dependência de orientações,

experienciada não como esfera autônoma de realização da liberdade, mas fruto de uma concessão do Estado – tal como pode-se perceber na evolução de nossos direitos de cidadania –, para José Murilo de Carvalho (2001), teve o componente civil atrofiado, implicando uma experiência democrática baseada na lógica corporativa. Historicamente, como propõe esse autor, os brasileiros viram “bestializados” ao processo de proclamação da república, não tendo qualquer parcela de participação; conseqüentemente, o autor propõe o conceito de “estadania”, onde primava a concepção de cidadania “de cima para baixo”; contrária, portanto, ao “modelo rousseauiano: a visão do povo como entidade homogênea e abstrata, falando com uma só voz, defendendo os mesmos interesses comuns” (Carvalho, 2001: 47). De resto, esse processo levou a sociedade brasileira a vivenciar um processo de modernização bastante específico, como veremos através das análises das obras Caio Prado e Holanda.

Esses dois autores, pertencentes a uma tradição clássica de interpretação de nossa vida nacional, colocam em letras claras que o processo que se estende da independência à república não provocou, como vimos, pela “via americanista”, a autonomização da sociedade em relação ao domínio político. Ao contrário, tal como veremos, o Brasil conheceria pela “via da modernização conservadora” a construção de um Estado inchado e de uma sociedade civil sujeita aos mandonismos políticos e a soluções caudilhescas.

II. Caio Prado Jr. E a “Atonia” de Nossa Modernização

A obra de Caio Prado Jr., nos anos 1930 e 1940, representa, do ponto de vista sócio-histórico, uma análise sobre nosso peculiar processo de transformação (ou de “modernização”) – da colônia à república – que projetou o Brasil nos marcos da modernidade. Através da pesquisa histórica, Caio Prado se engaja na busca de nossos traços mais específicos que confabularam para a construção de um Estado-nação diverso dos processos “revolucionários” de *national-building* europeu e norte-americano. Sugiro que a leitura de *Formação do Brasil contemporâneo* (2006) pode ser associada às teses levantadas no primeiro tópico deste trabalho e que, a idéia caiopradiana do “ponto morto”, está referida ao caráter de nossa “revolução passiva” entendida como processo de “conservar-mudando”.

sentimentos e opiniões em relação às estruturas institucionais encarregadas da administração das demandas, criaria o ambiente propício para uma cultura política viciada pelos interesses privatistas.

A “etapa decisiva de nossa evolução”, para Caio Prado assinalaria uma nova fase nos terrenos social, político e econômico, não somente porque marcou “os atos preparatórios da emancipação política do país”. Para o autor, o momento seria decisivo, por duas circunstâncias: de um lado, fornece um balanço de três séculos de colonização (XVI, XVIII e XVIII), assinalando o que “nela se encontra de mais característico e fundamental”; e de outro lado, essa interpretação do passado lança luz, constitui a chave de entendimento para interpretação do processo histórico posterior e a resultante dele, que é o Brasil contemporâneo (Prado Jr., 2006: 9).

Segundo o autor, “nele se contém o passado que nos fez; alcança-se aí o instante em que os elementos constitutivos da nossa nacionalidade – instituições fundamentais e energias – organizados e acumulados desde o início da colonização, desabrocham e se completam” (Prado Jr., 2006: 9). Na interpretação caiopradiana, “tínhamos chegado a um ponto morto”: o regime colonial realizara o que tinha para realizar. Isto significa que a obra da metrópole tinha terminado, e mais nada de novo poderia oferecer: *o empreendimento colonial tinha se esgotado em suas possibilidades*. Na sua visão, o século XIX preparará o terreno para uma “grande transformação”, muito embora esta não tenha se concretizado, deixando marcas perversas na configuração da nacionalidade e das instituições de nosso Estado-nação brasileiro.

Para Caio Prado, era o conjunto do sistema colonial, nossas instituições como um todo “que se apresenta prenhe de transformações profundas” (2006: 9). Houve um impacto grande do empreendimento colonial sobre o caráter de nossa independência e, conseqüentemente, sobre nossa atualidade. Esse registro se assemelha aos objetivos da obra histórico-sociológica de Sérgio Buarque de Holanda (1999): buscar nas raízes do passado as amarras que nos impede de se modernizar.

Nosso passado colonial lançou as matrizes fundamentais que constituíram os fundamentos da nacionalidade; são, sobretudo nesse período, que se definem nossos caracteres:

“povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos índios e de suas nações, como também, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. (...) uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente uma certa ‘atitude’ mental coletiva particular” (Prado Jr., 2006: 10)

A obra da colonização (“aquele organismo social completo e distinto”) acabou se instaurando como uma via de modernização que não cedeu espaço a formação dos atores fundamentais para a organização do Estado-nação moderno. Ao contrário, segundo o autor, o passado colonial ainda estaria vivo, e “bem saliente” em traços sociais, políticos e econômicos da nação: “Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não ‘tomou forma’” (Prado Jr., 2006: 10-11).

Instituições moderno-econômicas como a organização do “trabalho” e a autonomia do mercado, ainda não haviam se transformado, conservando “bastante vivos” os traços do regime escravista que o precedeu, o que, segundo Caio Prado, não possibilitaram a passagem da “evolução econômica colonial para a nacional”. Assim também se deu com as relações sociais, de um “acentuado cunho colonial”, que projetam a nação inteiramente para o passado em nível de “estatuto moral” civilizador:

“Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imaginam existirem nos nossos dias em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não apenas reminiscências anacrônicas” (Prado Jr., 2006: 11)

Segundo Caio Prado, uma “*atonía econômica*” impediu nossa modernização socioeconômica, justamente pelo fato de que, tal projeto não deitou raízes entre nós; o império e a república não abriram mão do modelo econômico colonial. Por isso mesmo, em sua pesquisa histórica, consultando as descrições dos viajantes que procuravam caracterizar um Brasil exótico, o autor não deixou de se surpreender com a atualidade dessa atonia:

“Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nestas e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás. Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que *podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas de seu passado*” (Prado Jr., 2006: 12, grifos meus)

Assim, analisando o “sentido da colonização”, Caio Prado descarta a tese de um período feudal do capitalismo brasileiro. A empresa colonial européia – “a aventura sem precedentes e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora” – foi

determinada pelo impulso pioneiro de expansão marítima, que “se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países”; e a obra colonizadora de Portugal sobre o Brasil, o caráter que aquele país deu a sua empresa, “se gravarão profunda e indelevelmente na formação e evolução do país” (Prado Jr., 2006: 20-21).

Entre os séculos XIV e XV a Europa vive os anos dos “descobrimentos”, e Portugal é, segundo Caio Prado, um pioneiro na aventura ultramarina. Países da península ibérica, como a Inglaterra, a França, a Holanda, se dedicam a essa “imensa empresa comercial” com um caráter exclusivo, a primeira vista, de “exploração”. Para Portugal, a América ibérica, inicialmente era um obstáculo a ser transposto à realização de seus planos – a rota para o oriente:

“Tudo isso lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A idéia de *povoar* não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América. (...) mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas” (Prado Jr., 2006: 23-4)

A idéia de povoar pôde se desenvolver graças à adaptação do tipo *yankee*, que “dotado de aptidão técnica e particulares foi marchando na vanguarda e abrindo caminho para as levas mais recentes de colonos que afluíam da Europa” (Prado Jr., 2006: 28). O *yankee* seria um “tipo de colono branco dos trópicos”, que revelaram um forte estímulo de desbravamento de terra primitiva, muito embora não trouxesse o europeu a energia para o trabalho físico: este viria como “empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador” (Prado Jr., 2006: 29).

A colonização é marcada por um círculo de atividades que encerra exclusivamente dois termos fundamentais da organização econômica e política da colônia: senhores (promotores e dirigentes da colonização) e escravos (seus agentes) (Prado Jr., 2006: 359-360). Aos primeiros podemos chamar os “atores estabelecidos” (o “clã patriarcal”), enquanto que os segundos são identificados como “atores à margem”. Com tal caracterização, Caio Prado imprime sua análise sobre a formação da sociedade brasileira: se de um lado teríamos a conformação de uma sociedade “orgânica”, dirigida pelas elites oligárquicas estabelecidas e capazes de mobilizar os recursos necessários para toda e qualquer transformação, de outro lado, vimos emergir um tipo “inorgânico”

de sociedade, vinculado a populações desenraizadas e desfiladas, que claramente não se identificam com os projetos da ideologia do “conservar-mudando” (Prado Jr., 2006: 342).

O sentido da colonização nos trópicos, a qual o Brasil é uma resultante, toma aspectos de uma *empresa colonial de exploração* dos recursos naturais de um território virgem. Em nossa constituição, servimos para o puro comércio europeu; “um caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida; sociedade com características nacionais e qualidades de permanência”, somente se revelará aos poucos, abafado pelo histórico que precede:

“É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (...) Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante durante três séculos (...), se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. (...) O sentido da evolução brasileira (...), ainda se afirma por aquele caráter inicial de colonização” (Prado Jr., 2006: 32)

Como se observa através a minuciosa análise de Caio Prado, todo parentesco com o caráter de “revolução passiva” pode ser encontrado na formação de nossa modernidade. Se nosso “ponto morto” desencadeou traços peculiares da formação nacional brasileira, dentre eles, a “atonía econômica” e a insurgência de um tipo “*yankee* reprimido”⁴, podemos concluir, seguindo a reflexão de Benedict Anderson (2008) sobre a constituição de “comunidade política imaginada”, que o nacionalismo brasileiro se desenvolveu tardiamente e seu “modo tão idiossincrático” difere peculiarmente dos outros países latino-americanos. As causas desse desenvolvimento

⁴ A expressão “*yankee* reprimido” é minha, e sugere a formação de um peculiar tipo de “individuação empreendedora” (afinal a figura do bandeirante não deixa de ter a marca do *yankee*). Porém, meu ponto é outro e tenta associar essa formação subjetiva a personagens de narrativas biográficas “não lineares”, como André Rebouças (Carvalho, 1998) e o Visconde de Mauá (Vianna, 2004: 45; Holanda, 1999: 79). Esses dois personagens apresentaram-se na cena brasileira, ora construindo um perfil subjetivo voltado para o empreendedorismo que caracteriza o tipo *yankee* – empreendedores ativos, antípodas “dos agentes tradicionais da agroexportação, criticados por seu absentismo, por seu ‘espírito de rotina’ e, afinal, por estenderem ao Estado a letargia e o conservadorismo que caracterizavam as suas ações privadas” (Carvalho, 1998: 123) –, ora derrotados pelas forças oligárquicas tradicionais – aqueles atores estabelecidos dirigentes da ideologia do “conservar-mudando” – expondo suas trajetórias pessoais a um tipo “adaptativo” àquela ideologia conservadora. Essa mudança não cancelaria o modo de subjetivação de Mauá e Rebouças como empreendedores ativos, mas imprimiria a suas rotas biográficas, violentos cortes – por isso minha expressão “*yankee* reprimido”.

tardio serão complementadas pelas análises que Sérgio Buarque de Holanda (1999) fez a respeito do modelo de nação construído através das raízes ibéricas.

III. Sérgio Buarque de Holanda e a “Nossa Revolução”

Ao lado da obra de Caio Prado Jr., *Raízes do Brasil* – publicada em 1936 –, de Sérgio Buarque de Holanda (1999) – publicada em 1936 – pode ser considerada uma das grandes interpretações dos “caminhos de descaminhos”⁵ da formação do caráter nacional brasileiro.

Com o olhar voltado para o passado colonial – nossas fontes de formação ibéricas – Holanda pretende compreender o presente – os momentos sociopolíticos dos anos 1930 – para, enfim, compreender as amarras que nos impediram de modernizar nossas estruturas de Estado-nação. As formas específicas de sociabilidade que matizam a formação identitária e o caráter nacional brasileiro constituem, para o autor, nossa ambigüidade original: o “novo”, a modernidade, se instaura associado a um elemento de tensão permanente que não se dissolveu com o momento republicano. Com isso, o tradicionalismo ibérico criou raízes profundas na formação de uma ‘sociedade dos indivíduos’. Em contraposição a ética protestante (que capacitou a organização de um *self-government* individual pautado pela racionalidade e pela idéia de “vocação”⁶), o “personalismo ibérico” agenciou uma cultura de aversão a ética do trabalho⁷. Para Holanda, a falta de organização associativa, de coesão de interesses e de racionalização da vida, aliada ao personalismo que se afasta do individualismo moderno (tendendo, nesse sentido, ao tipo de individualismo aristocrático) e a um autoritarismo como forma

⁵ Essa expressão faz alusão ao título do texto de Vianna (2004: 43), utilizado na estrutura teórica deste trabalho.

⁶ A organização do processo de subjetivação pautado pela estrutura de um *self-government* individual e pela idéia de trabalho como “vocação”, podem ser articuladas com o renascimento que o protestantismo conferiu ao indivíduo. Essas teses se encontram, principalmente, no trabalho clássico de Max Weber (2004), e, igualmente, na idéia de formação de “comunidades imaginadas”, de Anderson (2008: 71-74).

⁷ Os autores da teoria histórica e social moderna, mobilizados por Holanda (Frederick Jack Turner, Max Weber e Alexis de Tocqueville), lançam teses sobre o *yanquismo* das nações européias e norte-americana na conformação de um Estado-nação soberano e de um modo de subjetivação particular (o individualismo moderno) que se contrapõe a formação originária brasileira, pautada pelo “personalismo ibérico” – que, de resto, configurou nosso individualismo aristocrático, emprestando aos traços de um tipo de “familismo amoral” um enraizamento em nosso território (cf. Esteves, 1998). Ver, ainda, as análises sobre o conceito de “fronteira” na obra de Holanda, propostas em Wegner (2000) e Lima (1999).

de organização do tecido social, formam a noção de “desordem”, fruto da matriz portuguesa – tradicionalista e autocrática⁸.

Para compreender o sentido atribuído a idéia de “revolução lenta”, é preciso fazer breves considerações sobre as análises de Holanda sobre as condições sócio-culturais pelas quais evoluíram nossas estruturas nacionais. Os principais pontos, nesse sentido, são: a concepção buarquiana de cordialidade e a relação do brasileiro com as esferas pública e privada. Sugiro que para Holanda, a consideração sobre esses dois pontos – e seu impacto na *national-building* –, constituem a marca registrada que conformam as amarras de nossa modernização.

Ao referir-se a “cordialidade”, Holanda busca enfatizar uma característica marcante do modo de ser do brasileiro: a dificuldade de cumprir os ritualismos sociais rigidamente formais e pessoais. A cordialidade passa, segundo o autor, a caracterizar um tipo de “mentalidade” que estrutura uma norma de conduta baseada na gentileza e na amizade. Para Holanda,

“a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definitivo do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal” (Holanda, 1999: 146-147)

Holanda acredita que a cordialidade funciona como uma cápsula protetora, uma estratégia de sobrevivência na sociedade – lembrando que a postura cordial desindividualiza o sujeito, transformando-o em “pessoa”⁹. Por isso mesmo, segundo Holanda, pela impossibilidade de autoafirmar-se pelas suas próprias forças como um indivíduo,

⁸ Segundo José Murilo de Carvalho, nossa tradição não teria conhecido a conformação, como no caso anglo-saxão, de ‘virtudes cívicas’ promotoras da livre associação e do “interesse bem compreendido” (Tocqueville, 1987). Os representantes do “liberalismo burguês” (Mauá, Rebouças, Tavares Bastos, entre outros) “reclamavam a falta entre nós do espírito de iniciativa, do espírito de associação, do espírito empresarial burguês (...). criticavam a excessiva dependência em relação ao Estado como regulador da atividade social” (Carvalho, 2001: 150).

⁹ Vale ressaltar que, Roberto DaMatta, em *Carnavais, malandros e heróis e A casa e a rua*, procura trabalhar com a distinção criada por nós entre “indivíduo” e “pessoa”. Assim, o Brasil comporia duas ideologias dominantes: a hierárquica e a igualitarista; na tela da lei o Brasil ‘não deixaria nada a desejar’ em relação aos povos democráticos, porém nas relações de sociabilidade, entre o público e o privado, nosso país tenderia ao gosto pelo informal, pela falta de rigidez nas leis e, finalmente, seguindo Holanda, a preservação do “rígido paternalismo” na cultura política (Holanda, 1999: 85).

“no homem cordial, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes *um viver nos outros*” (Holanda, 1999: 147)

A cultura da personalidade, do beletismo, conferem aos indivíduos – “homens de palavras e livros; [que] não saiam de si mesmos” (Holanda, 1999: 163) – nada mais que a posição social e o veículo de navegação nos espaços de sociabilidade. A crítica de Holanda, assim, volta-se ao “personalismo ibérico” e a falta de ordenação e racionalização quanto à organização da vida republicana. Esses problemas se ligariam a dificuldade em desligar-se dos vícios da sociedade patriarcal, resquícios daquilo que irá chamar de “moral das senzalas”. Nesse sentido, na análise de Holanda, há uma avaliação do quanto a formação de uma sociedade patriarcal e escravocrata foi contaminada por diversificados vícios, que se estendem da vida social cotidiana à vida política nacional.

“Sinuosa até a violência, negadora de virtudes sociais, contemporizada e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva, ‘moral das senzalas’ veio a imperar na administração, na economia e as crenças religiosas dos homens do tempo” (Holanda, 1999: 62)

Segundo Holanda, esse tipo social criou, conseqüentemente, as dificuldades em separar, a partir de uma racionalização dos espaços sociais, o público e o privado. Sendo o Brasil tributário de uma estrutura de fundo arcaica, as estruturas modernizantes foram encapsuladas pela ordem patriarcal:

“O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, (...), onde prevalecem necessariamente a preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando (...) o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (Holanda, 1999: 82)

Assim, segundo Holanda, a “família patriarcal fornece o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados” (1999: 85). Sem dúvida, o modelo do patriarcalismo, na visão do autor, tem um forte impacto na formação de nossa cultura e identidade nacional. Seria, portanto nossa modernização uma derivação do fato de ter prevalecido, desde a colônia, o princípio de autoridade incontestada da vida doméstica? As sementes plantadas entre nós pelos portugueses, criaram raízes inconfundivelmente originais e distintas do processo civilizatório ocidental. As esferas da cultura e da política se contaminariam com as heranças rurais:

“Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplicas. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo. (...) Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas pela península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias” (Holanda, 1999: 80 e 81)

Holanda acredita que os ideais da Revolução Francesa e do liberalismo foram, de fato, uma bandeira para alguns de nossos intelectuais entre a marcha para a independência e a proclamação da república – assim como foram referências importantes para as nações “ibero-americanas”. Porém, como o “personalismo” conseguira abolir as resistências liberais, transformando o receituário democrático num mero disfarce, uma máscara; em si, entre o Brasil colônia e o republicano, nossa política continuaria a resistir a uma grande transformação. Para Holanda, a constatação de que a sociedade brasileira estaria atada a uma estrutura arcaica, seria fato de nossa “insuficiente modernidade”; ou a falta de uma ruptura radical com a tradição. Existe, segundo o autor, um “elo secreto” entre a abolição e a proclamação da república que, sem delongas pode ser considerado,

“uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda nossa vida nacional. (...) A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem

durando pelo menos há três quartos de século” (Holanda, 1999: 171)

Essa “revolução lenta” – que, de resto, pode associar-se com a tese do “ponto morto” em Caio Prado – não foi uma grande ruptura modernizante; estabeleceu-se entre os atores da mudança a cláusula do “conservar-mudando”, a qual pôde deixar intacta certas estruturas de poder e mando em nossa cultura política. Por isso mesmo, Holanda afirmar que na sociabilidade grassa uma “repulsa” pela hierarquia racional e uma resistência de permanência das “idéias democrático-liberais” (1999: 184).

Se, por um lado, vimos a insuficiência da “via americanista” entre nós, por outro, nossa modernização foi realizada pela resistência na mera substituição de um tipo de política agrário-exportadora (o açúcar) por outra (o café):

“O resultado é que o domínio agrário deixa, aos poucos, de ser uma baronia, para se aproximar, em muitos dos seus aspectos, de um centro de exploração industrial. (...) O fazendeiro que se forma ao seu contato torna-se, no fundo, um tipo cidadão, mais do que rural, e um indivíduo para quem a propriedade agrícola constitui, em primeiro plano, meio de vida e só ocasionalmente local de residência ou recreio” (Holanda, 1999: 175)

Em certa medida, Holanda estaria apontando para a formação do “*one-self made man* burguês”¹⁰ weberiano, o tipo *yankee* (empreendedor e industrial). Porém, o fato de se preservar entre nós, no âmago da cultura política, o “espírito do Brasil imperial”, deixaria a “imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros” (Holanda, 1999: 177). Nossa “modernização conservadora”, previne Holanda, seria fruto de processos “caudilhescos”. Cabe anotar que, como fenômeno que surge nos países ibero-americanos pós-independência, o caudilhismo se constitui como numa resposta a falta de uma organização política nacional: como não havia um governo organizado, os homens poderosos destes locais – os *estancieros*, as oligarquias tradicionais – se autonomaram líderes políticos. As conseqüências de nosso processo de modernização, organizado por nossos caudilhos, deixaria marcas profundas na formação da identidade política e nacional¹¹.

¹⁰ Essa caracterização do indivíduo moderno como “*one self-made man* burguês” encontra-se na obra de Max Weber (2004).

¹¹ Não deixa de ser prudente, segundo Caio Prado, lembrar os pontos críticos deixados como herança pela administração colonial, e que repercutirão na formação de nossa cultura política: falta de organização e

Holanda acaba por associar a “nossa revolução” a transformações epidérmicas, que necessariamente não impactariam nas estruturas da sociedade brasileira. Se por um lado efetuamos uma revolução a partir da abolição da escravatura, por outro não podemos deixar de conservar na cultura da sociedade os traços do “personalismo e do cordialismo”¹²:

“Esse caráter puramente exterior, epidérmico, de numerosas agitações ocorridas entre nós durante os anos que antecederam e sucederam à Independência, mostra o quanto era difícil ultrapassarem-se os limites que à nossa vida política tinham traçado certas condições específicas geradas pela colonização portuguesa” (Holanda, 1999: 87)

Podemos, portanto, vincular a extensão de nossas transformações, que apenas atingem o “epidérmico”, ao “ponto morto”, onde nossas amarras tencionaram nossa “via americana”, a fuga de um passado colonial que segundo Holanda e Caio Prado sobreviveu e sobrevive entre nós nas esferas da cultura política e nos “hábitos do coração” do brasileiro, para utilizar um conceito toquevilleano de grande valia nesse sentido.

CONCLUSÃO

A reflexão que tentamos propor aponta para a existência de uma dissociação entre nossa formação enquanto Estado-nação e uma comunidade de “interesses bem compreendidos” (Tocqueville, 1987). Nossa ideologia nacionalista de envergadura moderna não teria sido obra de uma associação entre o popular e a *intelligentsia*, mas uma síntese do que esta última elaborou enquanto “comunidade política imaginada” (Anderson, 1991). Ou, como apontamos na apresentação deste trabalho, uma dissociação entre os atores fundamentais, povo e *intelligentsia*, na conformação e estabelecimento de nossa nacionalidade.

eficiência; justiça cara, morosa, complicada; inacessível a grande maioria da população; segurança pública era precária, “delegando poderes que darão nestes quistos de mandonismo que se perpetuarão pelo Império adentro, se não a República” (Prado Jr., 2006: 334); falta de gerência nas áreas da instrução pública, serviços de higiene e de saúde, e na infra-estrutura urbana; na administração colonial, grassa a imoralidade e a corrupção, como, por exemplo, na negociação de cargos públicos.

¹² Por isso mesmo, para Holanda, a “via americana” – embora plantada na construção de nosso tipo *yankee*, como André Rebouças e o Visconde de Mauá – nunca foi uma solução buscada pelos “atores estabelecidos” (nossos caudilhos). Assim, afirma o autor, que “o americano ainda é interiormente inexistente” (Holanda, 1999: 172).

Tanto para Caio Prado (2006) como para Holanda (1999), a burguesia possuiu no Brasil o potencial para se desenvolver como nos países capitalistas avançados, mas como classe, restringiu seu papel ao espaço político – um espaço de trocas de interesses entre os “atores estabelecidos”. A burguesia nacional, nessa medida, não teria promovido uma revolução na ordem social, nos moldes das nações européia e norte-americana. A independência, assim, estabelece certa ruptura na história, mas não completa: representa o fim da era colonial e início da formação da ordem nacional, onde os agentes modernizadores comporão uma sociedade altamente hierárquica, por um lado, e igualitária, por outro lado.

O quadro conceitual com que abordamos o tema do “ponto morto” – título deste trabalho – aponta para as direções em que o processo de modernização brasileiro foi lido. Nossa “revolução sem revolução” se adequou aos modelos de “transformismo molecular” e de “modernização conservadora”, na chave de leitura oferecida por Vianna (2004) e nas interpretações de Carvalho (1994 e 2004) e Carvalho (2001). Assim, o “ponto morto” estaria associado à nossa “revolução lenta” – ou nossa peculiar forma molecular de gestar transformações sociais e políticas. Se por um lado, tal qual a análise de Caio Prado (2006), tivemos um organicismo entre os atores estabelecidos – as elites oligárquicas, conferindo-lhes o privilégio de se plasmar no Estado corporativista –, e a formação de uma massa inorgânica de desfiliaados (os atores à margem), por outro, segundo Holanda (1999), toda a formação de uma sociedade dos indivíduos de notação liberal esteve fadada ao esquecimento – pois prevaleceu tipo de individualismo aristocrático, fruto do personalismo ibérico e que conformaria nossa marca fundamental: a cordialidade como estrutura normativa de comportamento.

Dessa forma, se Angel Rama está correto em sua análise sobre a “cidade modernizada” – na passagem que cito a seguir –, os mitos de fundação criaram em nossa sociedade brasileira uma especificidade cultural plasmada nos mais diversificados fenômenos políticos e sociais, que em nossa atualidade são um fermento para grandes transformações se vencidos os céticos e pessimistas:

“Os mitos partem de componentes reais mas não são obviamente traduções do funcionamento da sociedade, e sim dos desejos possíveis de seus integrantes. São condensações de suas energias desejantes acerca do mundo, as quais na sociedade norte-americana se abastecem com amplidão nas forças individuais, enquanto nas latino-americanas descansam numa percepção aguda do poder,

concentrado em altas esferas, e simultaneamente sobre uma sub-reptícia desconfiança acerca das capacidades individuais de opor-se a ele” (Rama, 1985: 82)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. (1965), “An approach to political culture”, in _____. *The civic culture*. Fourth printing, Boston, Little, Brown and Company.
- ANDERSON, Benedict. (2008), *Comunidades imaginadas*. Tradução de Denise Bottman, São Paulo, Companhia das Letras.
- CARVALHO, José Murilo de. (2001), *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (1994), “A produção de uma cidade”, in *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro, Sette Letras.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (1998), “Yankee e moderati”, in *O quinto século*. Rio de Janeiro: Revan.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (2004), “Uma reflexão sobre a civilização brasileira”, in L. W. Vianna, *A revolução passiva*. Rio de Janeiro, Revan.
- DOMINGUES. (2002), “A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 45, n. 3: 459-482.
- ESTEVES, Paulo Luiz M. L. (1998), “Cordialidade e familismo amoral” in *Revista brasileira de ciências sociais*, vol. 13, no. 36.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1999), *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- IGLÉSIAS, Francisco. (1982), “Um historiador revolucionário”, in, *Caio Prado Júnior: história*. São Paulo: Ática.
- LIMA, Nísia Trindade. (1999), “Entre a Europa e a América; entre o litoral e o sertão”, in *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.
- MOORE JR., Barrington. (1966), *Social origins of dictatorship and democracy*. New York, Penguin Books.
- RAMA, Angel. (1985), “A cidade modernizada”, in *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense.
- PRADO JR., Caio. (2006), *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. (1987), *A democracia na América*. São Paulo, Itatiaia.
- VIANNA, Luiz Werneck. (2004), *A revolução passiva*. Rio de Janeiro, Revan.

WEBER, Max. (2004), *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo, São Paulo, Companhia das Letras.

WEGNER, Robert. (2000) “O europeu, o nativo e o americano”, in *A conquista do oeste*. Belo Horizonte, Editora UFMG.